

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCOS ROBERTO DA SILVA PEDROSO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA DO FUTEBOL NO ESTADO NOVO:
O USO POLÍTICO DO ESPORTE POR GETÚLIO VARGAS**

PORTO ALEGRE

2023

MARCOS ROBERTO DA SILVA PEDROSO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO ESTADO NOVO:
O USO POLÍTICO DO ESPORTE POR GETÚLIO VARGAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Pedroso, Marcos Roberto da Silva
Institucionalização do futebol no Estado Novo: O
uso político do esporte por Getúlio Vargas / Marcos
Roberto da Silva Pedroso. -- 2023.
41 f.
Orientador: Rodrigo Stumpf Gonzalez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Institucionalização Política. 2. Futebol. 3.
Estado Novo. 4. Getúlio Vargas. I. Gonzalez, Rodrigo
Stumpf, orient. II. Título.

Dedicar a todos os professores, sejam de escolas ou universidades, que enfrentaram o desafio da pandemia e as aulas online, mas sempre seguiram em frente no desafio de educar.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a minha família por todo o carinho e paciência durante estes longos anos de graduação que pareciam não ter fim.

Agradecer aos colegas professores das escolas Neuza Goulart Brizola CAIC Granja, Frederico Augusto Ritter, Mascarenhas de Moraes e Rodrigues Alves, pelas dicas e ajuda nos desabafos na hora do café.

Agradecer a minha esposa Rebeca Fach de Oliveira que com toda paciência e amor esteve ao meu lado na minha cizânia, ansiedade, insônias, durante a graduação.

Agradecer a todos os professores que eu tive o prazer de conhecer durante a graduação, em especial a estes que que levarei sempre, cada um fiel ao seu estilo, como um professor que eu quero um dia chegar a ser:

Emerson Alessandro Giumbelli

Alfredo Alejandro Gugliano

Luciano Miranda Silva

Vanessa Marx

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Luiz Alberto Grijó

Cornélia Eckert

E um agradecimento especial ao meu orientador Rodrigo Stumpf Gonzalez, que com muita paciência e um pouco de sarcasmo aguentou este graduando cheio de indecisões, e conseguiu me colocar nos trilhos neste trabalho.

“Votava um carinho especial às shooteiras, às meias e camisas e cuidava mais do material futebol do que dos próprios livros. A vida corria-me risonha e eu nem sequer pensava na maldade dos homens,”

Floriano P. Correa (Marechal da Vitória)

RESUMO

A institucionalização e instrumentalização política do futebol no Estado Novo, mostra que a visibilidade que o futebol alcança em grande parcela da população no início do século XX no Brasil, faz com que os agentes políticos do Estado tentem vincular sua imagem com o esporte. Neste sentido, este artigo procura demonstrar como Getúlio Vargas institucionaliza e instrumentaliza o futebol a sua política de Estado. Desta forma, procuro compreender a institucionalização do futebol por Getúlio Vargas. Através da metodologia da pesquisa e revisão bibliográfica, o texto trata em demonstrar a popularização do futebol no início do século XX no Brasil e a ascensão do futebol como símbolo cultural do Brasil, a organização das federações regionais, e compreendendo o uso do futebol como um instrumento político por Getúlio Vargas no Estado Novo.

Palavras-chaves: Futebol; Institucionalização; Estado; Getúlio Vargas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FUTEBOL: DOS CLUBES SOCIAIS AS RUAS.....	10
2.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	10
2.2 O FUTEBOL NOVIDADE MODERNA.....	11
3. DISPUTAS PELO CONTROLE DO FUTEBOL.....	14
3.1 AMADORISMO X PROFISSIONALISMO.....	14
3.2 PRIMEIROS PASSOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL .	16
4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUEBOL NO ESTADO NOVO.....	20
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO.....	20
4.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO ESTADO NOVO.....	23
5. CONCLUSÃO.....	34
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

1.INTRODUÇÃO

Futebol, política e religião não se discutem, já diria o velho ditado popular. Mesmo que ambos os assuntos acabem dominando nossas discussões rotineiras, e influenciem nossa forma de ver o mundo. Mas, pergunto a vocês: será mesmo que estes temas não devem discutidos? Obviamente que não, basta um olhar um pouco mais crítico sobre estes temas e veremos que diversos atores políticos se valeram da exposição de clubes de futebol e das religiosidades para se elegerem, desde torcedores, dirigentes, jogadores, pastores, etc. Quando não são jogadores que são pastores e tentam a vida política.

A história mostra como torcidas de clubes de futebol foram ativas contra ditaduras, pelo movimento da Diretas Já, ou jogadores, como demonstra Sócrates e Gozzi (2002), no livro “Democracia Corinthiana”, o movimento que lutava pelo fim da ditadura, por eleições livres e uma maior participação dos trabalhadores nas decisões políticas, tanto na política nacional quanto nas decisões políticas do próprio clube.

Poderíamos falar das eleições de 2018 e a constante tentativa do Ex-Presidente Jair Bolsonaro e suas inúmeras camisas de times de futebol, colar sua imagem a de clubes vencedores como mostra Felipe Vidal Lourenço (2020), em sua dissertação de mestrado, "O discurso de Bolsonaro entre futebol e política: um olhar sociosemiótico".

Assim, procuro responder o seguinte problema, em que momento os atores políticos encontram no futebol uma ferramenta política no Brasil? Procurando responder esta pergunta, este trabalho tem como tema, a instrumentalização política do futebol pelo Estado por Getúlio Vargas, em que procuro responder o seguinte problema, como se dá a institucionalização e instrumentalização política do futebol no Estado Novo.

Para responder a esse problema, a minha hipótese, é que a visibilidade que o futebol alcança em grande parcela da população no início do século XX no Brasil, faz com que os agentes políticos do Estado tentem vincular sua imagem com o esporte. Neste sentido, Getúlio Vargas institucionaliza e instrumentaliza o futebol a sua política de Estado.

Desta forma, procuro compreender a institucionalização e os usos políticos do futebol por Getúlio Vargas. Assim, o texto está dividido em três capítulos, o primeiro trata em demonstrar a popularização do futebol no início do século XX no Brasil e a

ascensão do futebol como símbolo cultural do Brasil. O segundo capítulo mostrarei como a organização das federações regionais estavam ligadas aos agentes do Estado. E, por último, compreender o uso do futebol se tornou um instrumento político por Getúlio Vargas no Estado Novo.

A metodologia usada neste artigo é a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, através de livros, teses de Mestrado e Doutorado, material este que, que está em expansão nas universidades. Conforme explicação,

A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES. 2021, p.65/66)

Além disso, farei uma pesquisa documental em revistas, jornais, e mídias digitais. Após a coleta dos dados, foi feita a revisão bibliográfica e a análise dos dados obtidos pela pesquisa. Que complementa com as características da pesquisa bibliográfica:

As características de uma pesquisa bibliográfica são as fontes confiáveis e concretas que fundamentam a pesquisa a ser realizada. As fontes de uma pesquisa são classificadas em:

- fontes primárias: são informações do próprio pesquisador, bibliográfica básica. Exemplos: artigos, teses, anais, dissertações, periódicos e outros.
- fontes secundárias: são bibliografias complementares, facilitam o uso do conhecimento desordenado e trazem o conhecimento de modo organizado. Exemplo: Enciclopédias, dicionários, bibliografias, bancos de dados e livros e outros.
- fontes terciárias: são as guias das fontes primárias, secundárias e outros. Exemplos: catálogos de bibliotecas, diretórios, revisões de literatura e outros. (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES. 2021, p.68/69)

Desta forma, procuro mostrar através da pesquisa e revisão bibliográfica, como Getúlio Vargas institucionaliza e instrumentaliza o futebol a sua política de Estado.

2 FUTEBOL: DOS CLUBES SOCIAIS AS RUAS

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX na história brasileira é marcada por grandes mudanças políticas e sociais, com o fim do Império, a Proclamação da República, a república da espada, a república do café do leite, o movimento tenentista, integralismo, o Golpe do Estado Novo, enfim, um período político em constante disputa e transformação.

2.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Dentre outras transformações, a abolição da escravidão levou um fluxo migratório da população africana que não tinha direito a obter terras nas periferias das grandes cidades, bem como a intensa imigração modificaram a sociedade brasileira. Na esteira de resolver estes problemas, procura-se pensar no urbanismo, em modernizar as cidades em um modelo europeu inspirada na Paris de Haussmann.

Segundo (Hebe Mattos), no Rio de Janeiro, a partir da década de 1870, formou-se uma opinião pública baseada no crescimento das classes médias, na imprensa crítica e numa cultura política que valorizava a ocupação dos espaços públicos. Cafés, praças e ruas tornam-se espaços de discussão de estudantes, artistas e jornalistas. Esses espaços, agora ressignificados, configuraram um novo lócus privilegiado da ação política e das manifestações culturais. Em paralelo a isso, a presença do povo na rua anunciava o aparecimento de um novo ator político:

[...] surgira uma cultura política na qual as manifestações em praça pública adquiriram centralidade, o que parecia trazer a presença política do povo nas ruas como um novo e definitivo personagem da cena pública, formado pelas classes médias e trabalhadoras urbanas. (MATTOS, 2012, p. 49)

Além disso, a modernidade trouxe outra característica para esse período, as teorias higienistas com seu discurso saneador que permitiu uma série de medidas e reformas sanitárias nas duas cidades trouxeram também em seu discurso um conteúdo que até então fazia parte da cultura brasileira, a cultura do culto físico, com caráter ideológico, essa higienização do corpo do indivíduo, ganhou importância. Esse discurso foi apropriado pela elite, se colocando como salvadora da Nação e exemplo a ser seguido:

Seus sócios davam com isso substância a uma identidade que, baseada no caráter moderno que a marca inglesa dava ao jogo, ganhava através dos

princípios da higiene a sua legitimidade social. Fazendo-se representantes naturais de um país do futuro, mais forte e sadio, os *sportmen* reunidos em torno dos clubes de futebol juntavam a força da ciência com um pretendido refinamento do novo esporte inglês, fazendo do futebol um elemento que lhes conferia papel de grande destaque. Com propaganda ao culto físico ocasionada por suas atividades, construíram para si mesmos a aura de modelos que deveriam ser seguido pelo restante da massa de gente sem força e saúde que, na sua visão, comporia a população carioca. De proposta médica para a sociedade, a higiene convertia-se em meio de legitimação da identidade construída por estes rapazes que se juntavam nos clubes de foot-ball tentando firmar para si o papel de salvadores da sociedade, patrocinadores de uma luta que teria como objetivo a salvação de todos (PEREIRA, 1998, p. 52).

No período do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas, o esporte para os intelectuais do Estado Novo, serviria como uma ligação entre o Estado e a juventude, como explica DRUMOND (2009, p. 405),

A ligação do Estado com a juventude através do esporte tinha como um de seus objetivos formar o “novo homem nacional” através da educação física, moral, cívica e eugênica. A nova “raça brasileira” idealizada pelos intelectuais estado-novistas era representada por esses jovens sadios. Dessa forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período no qual a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir.

E neste processo, a prática esportiva é introduzida pela elite em clubes restritos, se em um primeiro momento o esporte preferido era o Turfe, logo surgiram os clubes náuticos, e nestes clubes, surgiram vários times de futebol. Neste período, serviam como mais um espaço de distinção e separação do restante da população.

2.2 O FUTEBOL NOVIDADE MODERNA

O esporte futebol chega ao Brasil no final do século XIX, seja vindo pela fronteira, como o caso da região sul do país, seja por estudantes brasileiros que estudaram na Europa e trouxeram a novidade na volta ao Brasil, o mito de que Charles Miller foi o “fundador” do futebol brasileiro já foi desfeito a anos. Conforme Mascarenhas:

[...] Embora nossa investigação aponte para a pluralidade de “portas de entrada” do futebol no Brasil, e que se reconheça a impossibilidade de localizar precisamente o momento e lugar de nossa primeira experiência futebolística, São Paulo pode resgatar seu velho emblema de “locomotiva nacional” e tomar para si o orgulho de ser o berço de tal esporte no Brasil. Foi sem dúvida a primeira cidade a organizar o futebol e vê-lo disseminado pelas ruas. (MASCARENHAS, 2009. p. 3-4)

Além desta separação entre uma classe média alta e a população em geral, entre eles havia a separação por grupos étnicos, principalmente ingleses, alemães, italianos e portugueses, outros grupos também tiveram suas associações e clubes, mas não em números relevantes.

Exemplos de clubes com influência étnica Italiana, os Palestra Itália de São Paulo e Minas Gerais, que com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, e com a política nacionalista de Getúlio Vargas, estes clubes foram obrigados a trocar de nome, respectivamente, Palmeiras-SP e Cruzeiro-MG. Em São Paulo o Germânia se tornou Pinheiros. Os clubes portugueses como o Vasco da Gama – RJ, Portuguesa – RJ, Portuguesa -SP. Estes são alguns exemplos de clubes étnicos do país. Como explica Hilário Franco Júnior (2017, p. 220) em seu livro *Dando Tratos à Bola*,

[...] De fato, é uma realidade sociológica bem conhecida que os primeiros imigrantes têm orgulho da origem e querem mostrar sua força através de diferentes empreendimentos, inclusive no futebol.

A expansão e popularização podem em três frentes, a primeira tendência do crescimento do futebol no país foi a criação de clubes de e para as classes dominantes dos grandes centros urbanos, em que os filhos das elites praticavam o futebol nos gramados dos refinados clubes. A segunda tendência, com a mesma paixão, os jovens pobres disputavam suas partidas nos terrenos baldios das cidades. E a terceira foi a criação dos clubes de futebol que estavam dentro das empresas. Companhias industriais e comerciais, com seus engenheiros e técnicos, muitos dos quais ingleses, formavam times de futebol, que se apresentavam nos dias de folga e nos intervalos do trabalho.

Com a popularização cada vez maior do futebol entre as décadas de 1910 e 1920, começa uma disputa pelo controle do futebol, de um lado a elite querendo manter o controle sobre o esporte, mantendo como uma prática amadora e para o seu grupo social. Do outro lado, o crescimento da profissionalização do esporte, neste momento chamado de forma preconceituosa de “profissionalismo marrom”. Conforme Glauco José Costa Souza (2017, p. 1),

Muitas vezes, jogadores de equipes suburbanas foram convidados para defender times de outra localidade, com a qual não possuíam nenhuma identificação. Chamados de “profissionais”, como denominava o Jornal Gazeta Suburbana, esses jogadores aceitavam tal desafio em troca de algum tipo de remuneração que, mesmo não sendo em dinheiro, se contrapunha ao amadorismo pelo esporte pregado até então.

Segundo Lopes, a popularização do futebol no Brasil está relacionada à apropriação desse esporte pelas diferentes classes e grupos sociais, e isso não se dá independentemente da cor e da "etnicidade".

3 DISPUTAS PELO CONTROLE DO FUTEBOL

Com a crescente popularização e profissionalização do futebol, as disputas pelo controle do futebol se acirram, em primeiro lugar a um debate entre a própria federação regional, com a questão de manter o amadorismo elitista contra profissionalização dos clubes com uma visão mais comercial do esporte.

3.1 AMADORISMO X PROFISSIONALISMO

A crescente popularização e profissionalização do futebol já apresentava sinais de que o amadorismo não iria muito longe. Era habitual que jogadores de São Paulo e do Rio de Janeiro recebessem algum dinheiro para entrar em campo como forma de incentivo às vitórias. Como Waldenyr Caldas (1990) explica, pagava-se uma gratificação em dinheiro independente do resultado, por antecipação, que na verdade servia de estímulo ao jogador.

A disputa entre amadorismo e profissionalismo aumentou quando o Vasco da Gama provocou uma verdadeira revolução no futebol nacional ao aceitar negros em sua equipe, trazendo ao campo pela primeira vez as camadas proletarizadas da sociedade, bateu os quatro grandes: Fluminense, Botafogo, Flamengo e América, times que ainda prezavam e lutavam pelo elitismo no futebol. (SOARES, 2015)

O amadorismo não era capaz de competir em igualdade de condições com a população pobre, quase analfabeta, o mulato e o negro, para ver quem jogava melhor. Os novos atletas recebiam para jogar e dedicavam-se integralmente ao esporte, e isso lhes dava grande vantagem sobre os adversários, que se dividiam entre seus trabalhos e a bola.

Mas a escalação da população pobre já era uma realidade, basta lembrar conforme Mascarenhas (2001) da Liga da Canela Preta em Porto Alegre - RS, e Ferreira (2004) a escalação de negros e mulatos no futebol era uma prática que já existia nos times dos subúrbios cariocas. O pioneirismo do time da Gávea, em 1923, residia em outro aspecto: no tratamento que era dado aos jogadores. O Vasco da Gama teria sido o primeiro a pagar, regularmente, uma remuneração aos jogadores das camadas populares, quase de forma profissional.

Cada vez mais, fica claro que o futebol deixou de ser apenas uma forma de lazer e tornou-se uma respeitável fonte de renda para os clubes. Já estava bem claro que o esporte apresentava enorme potencial econômico. Nos anos de 1920 já desaparecem o medo dos dirigentes em visitar os campos dos subúrbios e as várzeas

para procurar novos atletas, que antes nem passariam pelas portas de suas sedes sociais. Conforme Soares (2015), o futebol começava a se tornar um esporte majoritariamente praticado por pobres.

Mas havia o problema da falta de legislação para o futebol profissional na década de 1920, por meio de contratos fraudulentos, sem qualquer legitimidade ou eficácia jurídica. A Justiça não reconhecia os contratos, que para todos os efeitos não existiam.

Para a CBD a ficha preenchida no momento da inscrição do jogador pelo clube não gerava qualquer obrigação entre eles. Os contratos não registravam valor. Ao registrar o jogador, a CBD deixava bem claro que inscrevia um atleta amador. A FIFA impedia a transferência de jogadores apenas quando houvesse um contrato vigente assinado com um clube, assim explica Soares (2015, p. 59) a importância do profissionalismo pelo interesse de outros países nos jogadores brasileiros,

Contudo, a sedução do profissionalismo não vinha apenas da Europa. Nossos vizinhos, Argentina e Uruguai, onde o futebol já era profissional, também exerciam forte magnetismo sobre os jogadores brasileiros. Nos primeiros anos da década de 1930, quase diariamente os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo anunciavam novos jogadores que deixavam seus clubes para jogar no exterior.

A resistência à ideia da profissionalização diminuiu cada vez mais, dirigentes passaram a ver com bons olhos novas formas de vincular os atletas aos clubes e ganhar com isso. Mas as vantagens econômicas do profissionalismo não se resumiam apenas às rendas conseguidas. Além do retorno dos torcedores aos estádios, e da volta das boas bilheteiras, os dirigentes já anteviam grandes lucros com a venda de um jogador para outro clube, principalmente se esse atleta fosse formado pelo próprio clube. Desta forma, o exemplo vascaíno rapidamente foi seguido pelos clubes paulistas.

No dia 28 de janeiro, Palestra Itália, Corinthians, São Bento, Portuguesa, Santos e São Paulo, em uma reunião na sede do São Paulo Futebol Clube, decidiram pela adesão ao futebol profissional, o que se tornou uma decisão oficial da Apea⁸¹. Os clubes elaboraram uma “carta compromisso”, que foi enviada à LFC propondo a realização de um campeonato profissional interestadual, assim como um outro registro perante a CBD, já com novo status. (SOARES, 2015, p. 63)

Conforme Soares (2015), a adoção do profissionalismo em 1933 estava em sintonia com uma das diretrizes centrais do novo regime. Os representantes do poder político tinham como meta a regulamentação da vida dos trabalhadores do país. Contudo, a ligação do futebol com o novo regime que se criava ia muito além dessa relação. A construção de uma ideia de “Nação”, identificada com o novo país que se erigia, elaborou elementos ideológicos que fundariam a identidade nacional, brasilidade, o caráter peculiar, individualizador, do que era ser brasileiro, e o futebol teve papel importante nesse processo.

3.2 PRIMEIROS PASSOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL

E a relação da instituição Estado com a instituição futebol já se faz presente, a transferência de verbas oficiais para a realização de partidas e torneios, assim como para o saneamento das finanças da CBD, que já ocorriam nos governos anteriores, foi mantida, e Soares (2015) complementa, gradativamente intensificada na Era Vargas.

Assim a profissionalização fez crescer o futebol. A qualidade técnica dos antigos e dos novos jogadores, estimulados pela boa remuneração que passaram a receber, aumentou o interesse pelo espetáculo, levando ainda mais público aos estádios. O futebol passou a viver um período de franco crescimento.

Na primeira década do século XX, em quase todas as grandes capitais havia clubes a procura por partidas e por torneios, para poder mostrar a capacidade e a habilidade de suas equipes. De uma forma geral, as regras do futebol brasileiro eram as mesmas daquelas adotadas pelo Football Association Board, e pela FIFA, mas que não eram cumpridas integralmente com rigor. O futebol crescia, e os clubes já sentiam falta de uma organização que permitisse não só a prática do esporte, mas também a disputa de campeonatos.

Neste sentido, cada Estado começou a organizar suas federações regionais para organizar partidas, torneios, as regras sociais e até as formas de se comportar dentro dos clubes. Tão importante quanto as regras esportivas, está a criação de estatutos que regulamentam os clubes e seus associados.

Desde o começo da entrada do futebol no Brasil há uma intensa disputa pela hegemonia do esporte entre o Estado de São Paulo, maior economia do país, e o Estado do Rio de Janeiro, Capital política do país. A luta ia além do âmbito esportivo extrapolava para o controle do esporte no país, ao ponto das duas federações se

colocarem como as federações oficiais do esporte do país com a FIFA e outras confederações internacionais, gerando problemas com a imagem de um país bagunçado que nem um esporte consegue organizar.

Como Soares (2015) explica, essa disputa política das ligas/federações paulista e carioca pelo controle do esporte, gerou a preocupação com a imagem do país levou o problema para a esfera governamental. Na noite de 18 de junho de 1916, no Rio de Janeiro, uma reunião, que se arrastou até a madrugada, na casa do então ministro das Relações Exteriores do presidente Wenceslau Braz, o chanceler Lauro Müller, foram reunidos os dirigentes das entidades que se diziam representantes do esporte nacional. Tanto a carioca Federação Brasileira de Esportes - FBE quanto a paulista Federação Brasileira de Football - FBF aceitaram o encerramento de suas atividades e a criação de uma terceira entidade, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que, sob a presidência de Arnaldo Guinle, então presidente do Fluminense, seria a única representante do esporte nacional. Conforme Soares (2015, p. 45),

Desde sua criação a CBD se organizava e funcionava livremente, aparentemente sem influência direta do Estado. Essa independência não era totalmente verdadeira, uma vez que desde sua origem a CBD passou, ainda que de forma indireta, a receber ajuda pública. As verbas oficiais se destinavam à compra de uma sede no Rio de Janeiro, e para a realização de campeonatos e eventos desportivos. A opção pela sede da entidade no Distrito Federal fazia parte de uma estratégia política de aproximar a entidade do governo federal, dando-lhe caráter nacional, e enfraquecendo os paulistas, que ainda sonhavam com a hegemonia do futebol. A relação informal entre a CBD e o Poder Público continuou existindo nas décadas seguintes.

Com o crescimento dos clubes de futebol e a sua profissionalização e o amadorismo perdendo força, havia a disputa pelo controle institucional do esporte no âmbito nacional, com destaque pela luta política entre as federações paulista - FBF, que detinha o poder econômico, e carioca de futebol - FBE, que detinha o poder político, pois era a Capital do País na época. Essa disputa já havia forçado a criação da CBD, agora a disputa fez até o Governo Vargas intervir. Como Soares (2015, p. 24) explica:

[...] é a formação de um sistema altamente competitivo, que contrapôs clubes entre si, entidades representativas e até mesmo estados da Federação, como na arraigada rivalidade entre paulistas e cariocas. Também tem destaque a profissionalização do futebol em 1933, marco definitivo da entrada das camadas populares e do acirramento das tensões no sistema desportivo. A atividade do atleta, até então tratada como uma diversão lúdica, tornou-se profissão.

No final década de 1930, praticamente todos os grandes clubes se tornaram profissionais e após a seleção brasileira chegar em terceiro lugar na Copa do Mundo de 1938, o esporte se consolida como um dos símbolos e paixão nacional.

Neste sentido, quanto mais clubes surgiam e as federações cresciam, mais as federações procuram a burocracia estatal, como podemos ver por exemplo a federação paranaense que procura a estrutura do Estado para financiar torneios e projetos.

A aproximação dos clubes de futebol com a classe política local já era um fenômeno recorrente. Na verdade, a presença de autoridades em partidas ou festivais esportivos, especialmente aqueles de caráter beneficente, era relativamente comum. Muitos homens públicos, ou pessoas de sua proximidade, eram sócios dos clubes da elite local. É o caso de Joaquim Américo Guimarães, importante dirigente do Internacional, cujo pai, Claro Américo Guimarães, chegou a ocupar a presidência do estado, em um período de afastamento do então mandatário, Carlos Cavalcanti. Alguns clubes aproveitavam dessa proximidade com os círculos do poder para angariar privilégios e benefícios do estado. (SOUZA, 2014, p. 89)

Assim, o vínculo entre os agentes políticos e os clubes de futebol acontece desde cedo, nas capitais e grandes cidades brasileiras a crescente popularização do esporte se torna até uma pauta da administração pública.

Dessa maneira, enquanto os clubes da elite local se entrincheiravam em ligas excludentes e cercavam seus grounds, não raro, com auxílios públicos, as ruas se fechavam à prática do futebol e os campos improvisados passavam a ser regulamentados pela prefeitura. Era a reprodução, por meio do futebol, de um dilema mais amplo, que abarcava uma relação dual e conflitiva, por um lado, e circular e retroalimentar, por outro, entre as culturas de elite e popular. Como vimos no decorrer desse capítulo, desde sua chegada a Curitiba, o futebol foi apropriado de diversas maneiras, por diferentes grupos sociais. Nessa análise, nos focamos em duas dessas apropriações, o futebol praticado nas ruas e terrenos improvisados, associado ao lazer popular, e o futebol praticado nos clubes e grounds das elites locais. (SOUZA, 2014, p. 96)

Outra capital que serve de exemplo, em Porto Alegre – RS, nos mostra os espaços em disputa na cidade e segregação social das partidas e ligas de futebol. Havia uma segregação no esporte, na qual a população pobre e negra não se misturava com os clubes da alta sociedade porto-alegrense. Tanto Internacional quanto o Grêmio, formavam a elite econômica e social do futebol na capital gaúcha. Isto fez com que a população pobre praticasse o futebol varzeano e criasse sua própria liga. Segundo Mascarenhas (2001, p. 200),

À uma cidade fortemente segregada, corresponderá uma organização igualmente segregada desta modalidade esportiva. Neste contexto emerge uma associação de pequenos clubes varzeanos denominada Liga Nacional de Football Porto-alegrense, pejorativamente chamada pela imprensa burguesa de liga da “canela preta”.

Como o próprio Mascarenhas (2001) destaca, em Porto Alegre o futebol era organizado por ligas, cada uma com seu perfil social, na qual esses clubes tinham seus espaços definidos para praticarem o esporte,

[...] a existência de três importantes ligas no futebol porto-alegrense em torno de 1920: a principal, vulgarmente denominada *Liga do Sabonete*, composta por elementos da elite que entravam em campo impecavelmente trajados; a liga intermediária, ou *Liga do Sabão*, formada por elementos da “classe média baixa”: pequenos comerciantes e clubes de etnias minoritárias como o Concórdia, de poloneses; por fim, a liga das *canelas pretas*. O Internacional obviamente protagonizava com o Grêmio a elegante “liga do sabonete” (MASCARENHAS, 2001, p. 202, grifo do autor).

Conforme o futebol se popularizava e se profissionalizava e cada vez mais se fazia mais presente no cotidiano das cidades, a um envolvimento cada vez maior dos agentes políticos. Com destaque a rivalidade paulista e carioca pelo controle nacional do esporte. Além disso, o espaço para a prática do futebol mostra uma forma de distinção social e uma forma de enxergar a sociedade, em que a prática esportiva demonstra a disputa de territórios da cidade.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO ESTADO NOVO

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

Contextualizando brevemente o momento histórico em que o Brasil estava inserido, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideais totalitários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália, o Nazismo se tornou vitorioso na Alemanha, em 1933, logo em seguida na Guerra Civil Espanhola, Franco toma o poder. Segundo Boris Fausto (2012, p. 301), os ideólogos autoritários ou totalitários consideravam a democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, um regime incapaz de encontrar soluções para a crise.

Conforme Boris Fausto, Getúlio Vargas ficaria durante todo o Estado Novo com o poder de governar através de decretos-leis, “[...] O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação Centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. [...] (FAUSTO, 2012, p. 312).

Neste sentido, o Brasil não estava deslocado da tendência política da época, e o fascismo italiano de Mussolini era o modelo idealizado por Getúlio Vargas. O fascismo, conforme Norberto Bobbio (2012, p. 466) no Dicionário de Política:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Após o Golpe de 1930, a política nacionalista de Getúlio Vargas procura criar símbolos nacionais, usa a censura para controlar as informações, proibir o ensino de

línguas como o italiano e alemão, bem como clubes e associações com nomes em língua estrangeira deveriam mudar para um nome nacional.

Neste período histórico, dois fenômenos culturais acabam se tornando símbolos da identidade brasileira, o samba e o futebol. Através do Departamento de Ordem Política e Social -DOPS, que foi um órgão do governo brasileiro criado em 1924 e utilizado durante o Estado Novo, para controlar as informações, as rádios e jornais, também atuava nas produções culturais, um exemplo disto, é a forma como o Estado Novo usava o samba para passar uma mensagem ufanista sobre o Brasil, como a música “Aquarela do Brasil”, e a exaltação do Brasil nos sambas enredos das escolas de samba. Conforme Camila Alexandre da Silva (2013, p. 37),

O samba oriundo das classes populares, e que vinha sendo incorporado pela classe média, seria um dos principais instrumentos de difusão da ideologia do Estado Novo. O gênero acabou por ser remodelado, já não existia espaço para o samba malandro, a não ser que esse malandro estivesse regenerado e pregasse o trabalho como elemento civilizador e de ascensão social.

E assim como o samba, o futebol também precisava ser controlado. Desta forma, O governo de Vargas aproveitou-se da popularidade do futebol, iniciada nesse período quando tal esporte se mudava da fase amadora para a profissional (conseguindo mais adeptos e fãs no país, em principal nos grandes centros de poder, como os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro), para tentar concretizar alguns de seus projetos, tal como o de unidade nacional (MIRANDA, 2007, p. 7).

Nesse período histórico, o fascismo era a forma de governo em muitos países, e dentro desta legitimação do regime fascista está a utilização de símbolos populares. Neste sentido, o futebol torna-se cada vez mais popular no âmbito global, em que clubes são criados ou são apoiados por líderes fascistas, como exemplos temos Franco na Espanha apoiando o Real Madrid, e Mussolini que criou a Roma (por ironia, se tornou um clube antifascista, e seu rival Lazio, se tornou símbolo fascista, nunca é só futebol).

4.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO ESTADO NOVO

A intervenção do Estado no futebol começou, ainda de forma sutil, a partir de meados de 1937, com a indicação desses nomes ligados ao governo para a direção das entidades. A paixão pelo esporte e o apoio popular à seleção brasileira que disputou a Copa do Mundo de 1938 demonstraram de forma definitiva sua

importância, e o Governo Vargas soube reconhecê-la. Os anos seguintes ficaram marcados por dois movimentos, segundo Soares (2015, p. 24-25),

[...]a aproximação da imagem do ditador ao futebol e a centralização dos rumos dos desportos nacionais dentro da estrutura governamental de poder, com a criação do Conselho Nacional de Desportos em 1941. Essa estrutura corporativista, hierárquica e compulsória possibilitou a construção do sistema disciplinar nos anos seguintes.

Em um curto intervalo de tempo, entre 1937 e 1941, a organização do desporto nacional, até então uma atividade de particulares entre particulares, foi incorporada à estrutura do Estado, que passou a controlar diretamente toda a vida associativa, financeira e administrativa das agremiações, assim como de suas entidades representativas. Os clubes de futebol, assim como suas associações representativas, foram centralizados em uma estrutura corporativista fortemente hierárquica, vinculada à Presidência da República, pondo fim às suas lutas internas. Segundo Soares, as desavenças dos dirigentes das agremiações foram pacificadas a partir dos interesses governamentais. (SOARES, 2015, p.26)

A centralização do poder político, econômico e legislativo na Presidência da República havia restringido em muito as possibilidades de oposição ao sistema desportivo oficial. João Lyra Filho, principal nome de Getúlio Vargas no comando do processo de intervenção estatal nas práticas desportivas, e artífice do CND, adotou o termo “desporto”, justificando que esta seria a forma consagrada, inclusive pela legislação nacional.

A grande inovação consistiu na criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade que se tornava o organismo máximo da gestão desportiva e cujos objetivos seriam “assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais”. Documento característico do regime do Estado Novo, o decreto de criação do CND esboçava um desenho institucional altamente centralizado e apresentava uma incontestável interpretação de que os esportes constituíam importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade. (SARMENTO, 2006, p. 65).

No organograma do governo federal, o CND estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, então chefiado por Gustavo Capanema, e tinha sua direção constituída por cinco membros indicados, sem fixação de mandatos, diretamente pelo presidente da República. A um dos cinco membros era conferido o status de

presidente, e coube a Luis Aranha a honra de se tornar o representante máximo do Conselho recém fundado. Conforme Sarmiento (2006, p. 66), Aranha passaria acumular a nova função com a presidência da CBD, evidenciando assim ser a figura referencial do regime para a área desportiva.

As divergências entre os clubes e as entidades, a seu modo, reproduziam as contradições do Governo Vargas, que conciliava interesses das velhas oligarquias, no caso do futebol representadas pelos velhos dirigentes vinculados à CBD, com os novos grupos que ascenderam ao poder com a Revolução de 1930, grupos comprometidos com o futebol profissional, e principalmente em apoio a centralização de poder de Getúlio Vargas.

A interferência oficial no futebol por intermédio da censura, também se fez presente, em 1935, foi aprovada uma regulamentação, apelidada como "Lei Getúlio Vargas", determinando que a Censura Policial, órgão do governo federal ligado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), comandado pelo jornalista Lourival Fontes, aplicasse aos clubes de futebol as mesmas regras definidas para outras diversões públicas como os teatros e cinemas. As normas, criadas em dezembro de 1928 pelo Decreto nº 18.527. (Soares, 2015, p.68).

Pela regra geral do DPDC aplicada ao futebol, apenas poderiam jogar os profissionais cuja ficha fosse inscrita junto à Censura e cujos contratos com os clubes seguissem o modelo-padrão. As transferências de jogadores também sofriam controle. Chegou-se a esboçar uma fiscalização direta sobre a conduta disciplinar dos jogadores dentro de campo, punindo os comportamentos inadequados, mas a iniciativa não foi além de alguns casos isolados sem maior repercussão. (SOARES, 2015, p. 69)

A Copa do Mundo de 1938, na França, ampliou a ligação do governo de Getúlio Vargas com o futebol. A seleção brasileira, dirigido pelo técnico Ademar Pimenta, e comandado por Leônidas da Silva, o "Diamante Negro", obteve o terceiro lugar, ficando atrás apenas da Itália e da Hungria respectivamente. Era a terceira Copa do Mundo, nossa melhor participação, e o primeiro resultado significativo na competição. A equipe nacional, formada por negros e brancos, empolgou a população das ruas, e as vitórias em campo foram capitalizadas pelo governo, com o presidente sendo parabenizado, como se cada partida fosse uma conquista pessoal sua.

Desta forma, no discurso oficial, a seleção, tal qual o Governo Vargas, representava a união nacional em um objetivo único, todo o país deveria estar em comunhão com idêntico ideal, neste caso a vitória final na competição. Conforme

SOARES (2015), o discurso dos comandantes da política esportiva afinava-se com as diretrizes governamentais. Como explica PRATES SILVA (2016, p. 113)

A construção da identidade nacional no Brasil envolve as contribuições políticas, o movimento dos intelectuais e da imprensa, buscando estabelecer uma unidade nacional. Os anos 1930 foram sem dúvida o momento de explosão do nacionalismo, tanto na política quanto no próprio futebol. No cenário político esse movimento foi impulsionado pelo governo de Getúlio Vargas e no futebol os símbolos nacionalistas se fortalecem após a profissionalização desse esporte, em 1933, tendo seu ápice na Copa de 1938. Os movimentos de construção da nação partiram do Rio de Janeiro e abrangeram todo o Brasil.

Desta forma, o futebol recebia um tratamento especial em relação a outros esportes na Era Vargas, com o empenho oficial para a montagem de uma seleção, afastando as divergências anteriores. Após cada vitória do selecionado nacional, o presidente recebia telegramas de todos os cantos do país, felicitando-o pela vitória. Conforme Soares (SOARES, 2015, P. 72),

As vitórias do futebol brasileiro na França foram tomadas como uma celebração. O selecionado nacional, formado por negros e brancos, empolgou a população das ruas, e as vitórias em campo foram capitalizadas pelo governo. O nacionalismo do Estado Novo, um dos principais pilares da propaganda governamental, foi muito utilizado, e alimentado, pelo entusiasmo popular gerado pelo selecionado brasileiro.

Para os ideólogos do regime, mesmo a derrota demonstrara a grandeza e as qualidades do povo brasileiro, cujo futebol viria a ter um futuro glorioso. No regresso ao país o time foi recebido como campeão, e seus principais jogadores recebidos por. A imprensa alimentava a falsa imagem e que Leônidas tinha direito a acesso e ascendência sobre o presidente: “Um pedido de Leônidas a Getúlio era uma ordem”. O governo não desmentia, e até estimulava essa imagem bastante popular para um ditador. Como explica KUPPER (2022, p. 181),

Os jornais, submetidos ao Estado Novo, através de fotografias, procuraram tratar os jogadores brasileiros como heróis, apontando para os torcedores como patriotas passivos e entendedores de que os atletas fizeram o melhor que lhes era possível. Fato é que a Copa de 1938 teria alcançado seus objetivos, seja de utilizar o futebol para um projeto de união do país, seja para testar a imprensa e sua fidelidade ao regime.



Leônidas recebido por Getúlio Vargas Fonte: <http://futebolfenomenosocial.blogspot.com/>

A experiência internacional havia indicado o caminho. A propaganda havia se mostrado um elemento importante dos regimes autoritários para a aproximação popular e a conquista do apoio das massas. Neste sentido, na Itália fascista de Mussolini, no esforço de sediar a Copa do Mundo de 1934, SOMACAL (2015, p.1532) explica,

Observamos, portanto, a larga utilização do futebol pelo regime fascista. Muito esforço e dinheiro foi gasto, seja na construção de estádios ou para produzir a propaganda do regime. No sentido de promover sua ideologia para além das fronteiras italianas, para demonstrar a superioridade do regime, para educar a população e prepará-la para a guerra, ou simplesmente no esforço de distrair os cidadãos dos problemas habituais, o futebol esteve muito presente no cotidiano da Itália no período em que os fascistas a comandavam.

Já na Alemanha nazista de Hitler, as olimpíadas de 1936 serviram também como propaganda da ideologia autoritária alemã governamental do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, como explica FERREIRA, (2007, p. 3),

A direção do partido compreendia perfeitamente o lucro obtido através da utilização da popularidade do esporte em âmbito nacional e internacional. Os olhos do mundo estariam centrados na nova Alemanha nazista. O valor fornecido para a construção do aparato utilizado nas competições foi diversas vezes mais alto do proposto inicialmente, já que os Jogos serviriam também para demonstrar a grandiosidade da Alemanha do novo sistema, e segundo Hitler, se você terá o mundo inteiro como seus hóspedes você deve apresentar-se da melhor forma possível para impressionar a opinião pública. Como exemplo, podemos apresentar a construção do Estádio Olímpico de Berlim, que serviria para comprovar a grandeza da Nova Alemanha, seria o estádio

mais moderno do mundo, uma construção monumental que exacerbou seu custo inicial em trinta vezes e, no entanto, Hitler nunca voltou atrás.

Na América do Sul, neste mesmo momento histórico, a vizinha Argentina o primeiro governo Peronista de Juan Domingo Perón que durou de 1946 a 1954, utilizou o esporte como uma ferramenta de propaganda política, como explica DRUMOND (2009, p. 402),

A Argentina peronista, ao contrário do Brasil da Era Vargas, foi sede de diversas competições internacionais. O auge dessas competições foi, ao certo, o primeiro campeonato Pan-Americano, realizado em Buenos Aires no ano de 1951. Durante esses jogos, Perón parecia ser onipresente, assistindo a praticamente todas as modalidades e estando presente às disputas de medalhas mais importantes, tendo sempre suas fotos nas páginas dos jornais. Esses jogos foram, na realidade, a confirmação pública do sucesso da política esportiva peronista.

O Estado Novo não estava fora do contexto político internacional, adotando muitas de suas técnicas de propaganda e adaptando-as à realidade da sociedade brasileira. Outro expediente usado por Getúlio Vargas, era usar os estádios nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como palco nas datas oficiais, como explica MACHADO e BANCHETTI (2009, p. 82),

Assumiam destaque dentre as datas nacionais comemoradas como grandes eventos festivos coordenados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desde sua criação, no ano de 1939, o Dia do Trabalho (1º de maio), o aniversário de Vargas (19 de abril), o aniversário do Estado Novo (10 de novembro) e os festejos da independência celebrados durante a semana da pátria (setembro). Em tais oportunidades, o futebol serviria como ponte entre os espetáculos organizados pelo Estado Novo e o cotidiano da população nas duas principais capitais do país: Rio de Janeiro e São Paulo.



Getúlio Vargas, em São Januário, em 1940 — Foto: Acervo do Arquivo Nacional

Na cidade de São Paulo, a construção do estádio Pacaembu teve contornos políticos estado-novista, conforme explicam sobre a construção do estádio MACHADO e BANCHETTI (2009, p. 84),

Ainda que a construção do Estádio do Pacaembu tivesse sido proposta e, de certa forma, iniciada no ano de 1936, foi, portanto, com a implantação do Estado Novo que a obra tomou impulso. Prestes Maia, como prefeito da cidade - nomeado através da indicação do então interventor de Getúlio Vargas no estado de São Paulo, Adhemar de Barros -, fez com que o projeto inicial se revestisse de uma ideia de grandiosidade. Era a forma de se impor um modelo de governo autoritário que tinha como indispensável o apoio das massas.

E como relata Soares (2015), no ano seguinte, as comemorações do Primeiro de Maio tiveram outro endereço: o estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo. Segundo Vargas, a visita “atendia ao apelo de quase meio milhão de trabalhadores, representados por duzentos e setenta sindicatos e seis federações”. O Dia do Trabalhador transcorreu sem incidentes, com a presença do presidente Washington Luís, além de vários ministros de Estado. Desta forma, não só a imagem dos clubes e da seleção são usados, mas sua estrutura, seus estádios.



Fonte: Futebol, resistência e política na Era Vargas | Nova Escola

Conforme explicam MACHADO e BANCHETTI (2009, p. 90-91),

Por conseguinte, cabe-nos a consideração de que a vivência dos grupos populares – em sua dinâmica relacional com os estádios acima mencionados durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) – nem sempre se estabeleceu em conformidade com os valores, ideais e projetos dos grupos dominantes, a despeito da utilização e funcionalidade destes monumentos. A análise da dimensão assumida por Pacaembu e São Januário na agenda política nacional e no cenário de duas das mais importantes capitais do país indica a configuração de um viver urbano saturado de tensões que não podem ser desprezadas numa reflexão que leve em conta a proximidade entre futebol e política no período estado-novista.

Até o final dos anos de 1930, os esportes, o futebol entre eles, eram regidos pelas entidades dirigentes das diferentes modalidades. Havia alguma obediência às regras internacionais, sem a intervenção do Estado, que apenas cuidava das questões que envolvessem a ordem pública, liberava verbas para a realização de eventos, contribuía de forma indireta para a construção de estádios e praças de esportes. Contudo, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e, depois, com o Estado Novo, essa relação mudou (SOARES, 2015, p. 81/82).

Desta forma, buscando ampliar cada vez mais seu poder de influência dentro dos clubes e federações, Getúlio Vargas coloca pessoas próximas assumindo cargos nos clubes e federações, bem como ex-presidentes de clubes assumem cargos no governo.

No Brasil, o que estava em jogo era uma luta pelo poder no futebol. Antigas lideranças, como Arnaldo Guinle, ex-presidente da CBD, estavam perdendo influência na burocracia, e assistiam à ascensão de novos dirigentes: Manoel do Nascimento Vargas Neto, Luiz Aranha, Rivadávia Corrêa Meyer e João Lyra Filho. As relações de Getúlio Vargas com os novos dirigentes do futebol iam muito além da simples afinidade política. [...] Negociações entre as federações:

Essas negociações, para Guinle, deveriam ser intermediadas pessoalmente por Getúlio Vargas como árbitro das divergências entre as entidades. Noticiando o apelo para que Vargas arbitrasse a solução dos conflitos [...] (SOARES, 2015, p. 84/85).

Já RIBEIRO e SOUZA em seu artigo, “O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945)”, não viam esse processo de forma tão mecânica como coloca Soares (2015), opondo Estado e organizações esportivas, definindo a reestruturação dos esportes como mera intervenção do poder público. Conforme RIBEIRO e SOUZA (2021, p. 163),

É preciso ressaltar, de início, que a maioria dos dirigentes dos grandes clubes e entidades esportivas desse período pertenciam às elites dirigentes. Eram, na sua maioria, empresários dos mais variados ramos ou políticos ocupando funções diversas, tanto no poder legislativo quanto no executivo. Por vezes, esses indivíduos ocupavam cargos tanto no campo privado das instituições esportivas quanto na esfera dos poderes públicos. De tal modo que devemos tratar as esferas esportiva e político-institucional como distintas e autônomas, mas não antinômicas. Ao inverso, elas se apresentam profundamente imbricadas e a circularidade de agentes entre elas é considerável.

Um exemplo destas relações, é Luiz Aranha para a presidência da CBD, em 5 de setembro de 1936, conforme Soares (2015, p. 83) [...] “A escolha estava diretamente ligada à sua influência e proximidade com o presidente da República, com acesso às dependências privadas do Palácio do Catete”. Luiz Aranha, ou “Lulu”, como era chamado por Vargas, foi um dos principais articuladores civis da Revolução de 1930. Depois da tomada do poder, a intimidade com o presidente lhe garantia prestígio no Distrito Federal.

Os arranjos de poder no período Vargas no desporto: Todos faziam parte de um projeto maior para o desporto, todos seriam içados aos cargos de comando do desporto nacional, permanecendo neles pela próxima década. A intervenção de força nos esportes precedera a instauração do Estado Novo em alguns meses, mas não pararia por aí. Os próximos anos ficaram marcados pela centralização dos rumos do desporto nacional dentro da estrutura governamental de poder.

Assim, a forma da intervenção do governo no desporto acompanhou o processo de endurecimento do regime. Os primeiros sinais do descontentamento oficial com a situação reinante no futebol foram sutis, como a delegação de poder à Censura Federal para fiscalizar o cumprimento dos contratos de trabalho dos jogadores. O

segundo momento foi marcado pela indicação de pessoas de confiança, afinadas com o regime e com o presidente, nos postos-chave das entidades representativas.

Depois, as manobras de bastidores, sem que os interesses do governo se tornassem públicos, o processo de pacificação dos esportes foi gestado nos círculos ligados a Vargas, mas veio a público aparentemente como uma iniciativa dos clubes. Por último, as medidas de intervenção direta, por meio da publicação de decretos lei, impositivos e obrigatórios, que tornaram público o projeto para a nova ordem desportiva.

A primeira medida de força sobre o desporto veio em janeiro de 1939, com o Decreto-Lei nº 1.056, que criou a Comissão Nacional de Desportos, ligada diretamente à Presidência da República, que deveria traçar as linhas de uma nova estrutura desportiva, e o texto preliminar de um futuro código para o futebol. [...] diretamente ligados ao futebol. Vargas mais uma vez impunha seu toque pessoal, compondo um grupo híbrido, com lideranças anteriores a 1930, pessoas de sua confiança pessoal, e políticos ligados a seus ministros. (SOARES, 2015, p. 91, 2015)

O Decreto-Lei nº 3.199 foi, efetivamente, o instrumento pelo qual o Estado passou a controlar todas as atividades ligadas ao desporto no país. Criou-se o CND e abaixo dele uma estrutura como explica SOARES (2015), corporativista, hierárquica, compulsória e impositiva, vinculada à Presidência da República.

O Estado, reconhecendo a crescente importância dos esportes para a população, principalmente o futebol, chamou para si a solução dos conflitos de interesses entre as oligarquias que geriam e administravam as entidades desportivas, a mesma solução anteriormente dada para o restante da sociedade.

Dentro da burocracia dos esportes no período Vargas, a cada três anos haveria um estudo da estrutura para decidir a necessidade de criação de novas confederações, ou a extinção de alguma. Era uma estrutura hierarquizada que englobava todo o desporto do país. O clube que estivesse fora, na prática, não existia para o sistema.

Os artigos do Decreto-Lei nº 3.199 eram suficientemente amplos e vagos para, exatamente, permitir o controle da ordem desportiva pelo Estado, com poderes quase absolutos. O poder ilimitado ficaria ainda mais patente quando da publicação do Decreto nº 9.267, assinado pelo ministro Gustavo Capanema, em 16 de abril de 1942, regulamentando dispositivos do Decreto-Lei nº 3.199. Pela nova norma, as confederações desportivas eram órgãos de execução das decisões do CND, devendo prestar contas a seus conselheiros sempre que solicitadas. O CND deve "vigiar o funcionamento das entidades desportivas",

assegurando a "disciplina constante", assim como sua administração correta e regular. (SOARES, 2015, p. 101)

Assim, a CND, atendendo a vontade do governo, podia tudo, todos os assuntos relativos ao desporto passavam pelo crivo de seus conselheiros, toda a vida desportiva, ela se dissiparia durante as reuniões regulares de seus conselheiros. Conforme SOARES (2015), a particularização das discussões e a especificidade dos temas mostraram que não havia mais espaço para a livre atuação autônoma dos dirigentes e dos clubes.

A guerra na Europa deu relevância especial à participação de estrangeiros no desporto nacional, imprimindo um caráter ainda mais nacionalista ao CND. O Decreto nº 3.199, de 1941, tratara especialmente do problema ao fixar que os clubes de futebol somente poderiam ter um estrangeiro em suas equipes. O CND, apenas em circunstâncias especiais, poderia autorizar a contratação de até três jogadores estrangeiros, desde que houvesse uma justificativa fundamentada.

E com amplos poderes sobre os esportes, e principalmente sobre o futebol, fica ainda mais clara a intervenção do Estado Vargasista nas eleições de clubes e na contratação de estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial:

O intervalo entre o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –, em 28 de janeiro de 1942, e a decretação do estado de guerra, em 31 de agosto foi marcado por uma série de decretos-lei da Presidência da República restringindo direitos de pessoas e empresas estrangeiras. Atendendo uma recomendação do CND, os Conselhos Regionais de Desportos incluíram em seus estatutos regras que obrigavam os clubes a adotarem nomes nacionais e informar os associados estrangeiros, que foram proibidos de ocupar cargos de diretoria; a irregularidade poderia cassar o registro da agremiação infratora. O apelo nacionalista fez com que os clubes adotassem novos nomes. Em São Paulo, o Palestra Itália foi rebatizado para Palmeiras, o Germânia para Pinheiros, o São Paulo Railway para Nacional Atlético Clube, o Hespânia de Santos, para Jabaquara; em Belo Horizonte, o Palestra Itália tornou-se Cruzeiro. (SOARES, 2015, p. 104)

O poder arbitrário do CND ficaria ainda mais evidente com a publicação do Decreto-Lei nº 5.342, de 25 de março de 1943, assinado por Vargas e Capanema. A nova lei, de importância fundamental no processo de controle do desporto pelo Estado, determinava as formas pelas quais o CND iria impor a disciplina às atividades desportivas.

Qualquer ato de desobediência e revolta poderia ser punido com a exclusão do rebelde. Os instrumentos legais haviam sido criados. A nova ordem esportiva

estava baseada em um projeto corporativista que eliminava as vontades individuais, submetidas à vontade maior do Estado. Os conflitos desportivos estavam previamente afastados, com a eliminação da possibilidade de mais de uma entidade representativa de uma mesma base territorial. Caso ocorresse alguma divergência dentro do sistema, esta seria absorvida pelo aparato estatal, e eliminada a partir de medidas de força. (SOARES, 2015, p. 105)

Neste sentido, o poder dos dirigentes desportivos foi drasticamente reduzido, tirando-lhes a autonomia gerencial. Em contrapartida, a submissão e a obediência às novas regras para o desporto nacional foram recompensadas financeiramente. Isto é, os clubes ganharam isenções fiscais, facilidade em empréstimos, renegociações de dívidas. RIBEIRO e SOUZA (2021, p. 163) apontam que esses interesses entre os agentes do futebol e o Estado exigem uma compreensão maior,

Isso exige o esforço em compreender que a construção do autoritarismo corporativo do governo Vargas só foi possível com a participação ativa de diversos segmentos da sociedade, incluindo os agentes esportivos. O próprio campo esportivo é plural e atravessado por tensões. Nele, estão dirigentes de grandes clubes, de agremiações pequenas, de entidades governamentais responsáveis pela fiscalização dos esportes, jornalistas esportivos, atletas, árbitros, enfim, uma multiplicidade de indivíduos com interesses nem sempre convergentes.

Até meados de 1945 a montagem do sistema estava pronta. Os clubes e as entidades federativas estavam pacificados e organizados dentro da estrutura da CBD. O governo havia encontrado formas de sanear as finanças das agremiações, financiando suas atividades com juros abaixo do mercado e renegociando suas dívidas para pagamento em longo prazo. A estruturação do arcabouço desportivo fora um sucesso, que obrigava à submissão às determinações da cúpula do desporto, e, por decorrência, à Presidência da República, assim como impedia qualquer possibilidade de motim. Conforme SOARES (2015, p.108),

O clube que desejasse ser independente deixaria de existir para o mundo jurídico, tornando-se apenas uma ação entre amigos, sem vida legal dentro do sistema. O "caos, irresponsabilidade e desordem", que Vargas prometera combater quando do golpe de 1937, estavam afastados do meio desportivo, no qual agora, pelo menos aparentemente, reinava a "ordem" e a "disciplina". (SOARES, 2015, p. 108)

A montagem legal da nova ordem desportiva, conforme SOARES (2015) entre 1942 e 1945, cuidara quase que exclusivamente de enquadrar e formatar as instituições, redesenhando seus estatutos e organização, recriando suas entidades representativas, inserindo-as na estrutura organizativa e burocrática governamental.

Ao que RIBEIRO e SOUZA (2021, p. 163) respondem que essa hierarquização e ordem não se constituiu apenas pela centralização do poder,

[...] que as medidas de “hierarquização” e “ordem” que caracterizaram a reestruturação do campo esportivo no período não se constituíram apenas através da intervenção do poder público federal, mas também por meio da “participação negociada” de diversos agentes da sociedade civil. Correspondendo à ideologia disciplinadora do Estado Novo, muitas dessas ações foram produzidas pela expertise dos agentes do próprio campo esportivo.

Mesmo a elite, branca, elegante e rica, que comandava o futebol no final da década de 1930 e início de 1940, composta por juízes, magistrados e políticos, mostrava-se saudosa da ordem imperante nos campos de futebol, antes da entrada dos pobres, imigrantes, negros e mulatos nos gramados. Mas foi um homem negro, Leônidas da Silva, pós a Copa da França, que se tornou o símbolo da aproximação do Governo Vargas com o futebol, e do “novo homem” que se construía no Estado Novo: pobre e humilde, obteve fama e glória pelos próprios méritos, graças a seu esforço.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho analisei a instrumentalização política do futebol pelo Estado por Getúlio Vargas, em que procurei responder o seguinte problema, como se dá a institucionalização e instrumentalização política do futebol no Estado Novo. Para responder a esse problema, a minha hipótese, é que a visibilidade que o futebol alcançou grande parcela da população no início do século XX no Brasil, fez com que os agentes políticos do Estado procurem vincular sua imagem com o esporte. Neste sentido, Getúlio Vargas institucionaliza e instrumentaliza o futebol a sua política de Estado.

Procurando compreender a institucionalização e os usos políticos do futebol por Getúlio Vargas no Estado Novo, dividido o texto em três capítulos, o primeiro demonstrando a popularização do futebol no início do século XX no Brasil e a ascensão do futebol como símbolo cultural do Brasil.

A popularização do futebol no Brasil está relacionada à apropriação desse esporte pelas diferentes classes e grupos sociais, e isso não se dá independentemente da cor e da etnicidade. Assim, quanto mais clubes surgiam e as federações cresciam, mais as federações procuram a burocracia estatal como podemos por exemplo, como a federação paranaense que procurou a estrutura do Estado para financiar torneios e projetos.

Mostrando como a organização das federações regionais estavam ligadas aos agentes do Estado. Assim, o vínculo entre os agentes políticos e os clubes de futebol acontece desde cedo, nas capitais e grandes cidades brasileiras a crescente popularização do esporte se torna até uma pauta da administração pública. Além disso, o futebol era organizado por ligas, cada uma com seu perfil social, na qual esses clubes tinham seus espaços definidos para praticarem o esporte.

Conforme o futebol se popularizava e se profissionalizava e cada vez mais se fazia mais presente no cotidiano das cidades, a um envolvimento cada vez maior dos agentes políticos. Com destaque a rivalidade paulista e carioca pelo controle nacional do esporte. Além disso, o espaço para a prática do futebol mostra uma forma de distinção social e uma forma de enxergar a sociedade, em que a prática esportiva demonstra a disputa de territórios da cidade.

As formas como o governo usou o futebol como um instrumento político por Getúlio Vargas no Estado Novo. Assim, fica claro que o Brasil não estava deslocado

da tendência política da época, e o fascismo italiano de Mussolini era o modelo idealizado por Getúlio Vargas.

Entende-se que a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideais totalitários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália, o Nazismo se tornou vitorioso na Alemanha, em 1933, logo em seguida na Guerra Civil Espanhola, Franco toma o poder.

Nesse período histórico, o fascismo era a forma de governo em muitos países, e dentro desta legitimação do regime fascista está a utilização de símbolos populares. Assim, dois fenômenos culturais acabam se tornando símbolos da identidade brasileira, o samba e o futebol. Através do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, que foi um órgão do governo brasileiro criado em 1924 e utilizado durante o Estado Novo.

O controle era rigoroso, ao ponto da interferência oficial no futebol por intermédio da censura, também se fazer presente, em 1935, foi aprovada uma regulamentação, apelidada como "Lei Getúlio Vargas", determinando que a Censura Policial, órgão do governo federal ligado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), aplicasse aos clubes de futebol as mesmas regras definidas para outras diversões públicas como os teatros e cinemas.

Em um curto intervalo de tempo, entre 1937 e 1941, a organização do desporto nacional, até então uma atividade de particulares entre particulares, foi incorporada à estrutura do Estado, que passou a controlar diretamente toda a vida associativa, financeira e administrativa das agremiações, assim como de suas entidades representativas. Os clubes de futebol, assim como suas associações representativas, foram centralizados em uma estrutura corporativista fortemente hierárquica, vinculada à Presidência da República, pondo fim às suas lutas internas

Desta forma, a centralização do poder político, econômico e legislativo na Presidência da República havia restringido em muito as possibilidades de oposição ao sistema desportivo oficial.

O Estado, reconhecendo a crescente importância dos esportes para a população, principalmente o futebol, chamou para si a solução dos conflitos de interesses entre as oligarquias que geriam e administravam as entidades desportivas, a mesma solução anteriormente dada para o restante da sociedade, buscando ampliar cada vez mais seu poder de influência dentro dos clubes e federações, Getúlio Vargas

coloca pessoas próximas assumindo cargos nos clubes e federações, bem como ex-presidentes de clubes assumem cargos no governo.

Na burocracia dos esportes no período Vargas, a cada três anos haveria um estudo da estrutura para decidir a necessidade de criação de novas confederações, ou a extinção de alguma. Era uma estrutura hierarquizada que englobava todo o desporto do país. O clube que estivesse fora, na prática, não existia para o sistema. E o poder arbitrário do CND ficaria ainda mais evidente com a publicação do Decreto-Lei nº 5.342, de 25 de março de 1943, assinado por Vargas e Capanema. A nova lei, de importância fundamental no processo de controle do desporto pelo Estado, determinava as formas pelas quais o CND iria impor a disciplina às atividades desportivas.

Neste sentido, o poder dos dirigentes desportivos foi drasticamente reduzido, tirando-lhes a autonomia gerencial. Em contrapartida, a submissão e a obediência às novas regras para o desporto nacional foram recompensadas financeiramente. Isto é, os clubes ganharam isenções fiscais, facilidade em empréstimos, renegociações de dívidas.

Além da crescente popularização do esporte, a boa campanha na copa de 1938 da seleção fez com que Getúlio Vargas colasse sua imagem a ela. Desta forma, no discurso oficial, a seleção, tal qual o Governo Vargas, representava a união nacional em um objetivo único, todo o país deveria estar em comunhão com idêntico ideal, neste caso a vitória final na competição, e o discurso dos comandantes da política esportiva afinava-se com as diretrizes governamentais.

Outro expediente usado por Getúlio Vargas, era usar os estádios de futebol como palco, como o Pacaembu em São Paulo, mas o principal palco era o Estádio São Januário, que já era usado por Vargas para as cerimônias oficiais do Dia da Independência, mas ficou marcado com os desfiles de Vargas no Dia do Trabalhador.

Por fim, até meados de 1945 a montagem do sistema estava pronta. Os clubes e as entidades federativas estavam pacificados e organizados dentro da estrutura da CBD. O governo havia encontrado formas de sanear as finanças das agremiações, financiando suas atividades com juros abaixo do mercado e renegociando suas dívidas para pagamento em longo prazo. A estruturação do arcabouço desportivo fora um sucesso, que obrigava à submissão às determinações da cúpula do desporto, e, por decorrência, à Presidência da República, assim como impedia qualquer possibilidade de motim.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB, 2012.

BRASILEIRO, Sócrates. GOZZI, Ricardo. **Democracia Corinthiana: a utopia em jogo**. Boitempo Editorial. São Paulo: 2002.

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933)**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

CAMILO, Camila. **Futebol, resistência e política na Era Vargas**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2156/futebol-resistencia-e-politica-na-era-vargas>
Acessado em: 01/08/2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DRUMOND, M. **Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, n. 44, p. 398–421, jul. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/WPCXXWzgbBJ39rLSyLkVV3H/?lang=pt#> Acessado em: 23/08/2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, Fernando da Costa. **As múltiplas identidades do Club de Regatas Vasco da Gama**. Revista geo-paisagem (on line) a 3, n6 jul/dez de 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Vasco.htm> Acessado em: 29/06/2023.

FERREIRA, Kimon Speciale. **Os Jogos Olímpicos de 1936 (Berlim) e a busca da perfeição atlética**. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007, p. 1-7. Disponível: <https://anpuh.org.br/uploads/anais->

simposios/pdf/2019-01/1548210411_863afe3752f3e327652b6329d9f47e26.pdf
Acessado em: 06/08/2023.

FRANCO, Hilário Júnior. **A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FRANCO, Hilário Júnior. **Dando tratos à bola**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

GAYA, Adroaldo; MAZO, Janice. **As associações desportivas em Porto Alegre, Brasil: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira**. Revista Porto Ciência e Desporto, v 6, n 2, 2008, 205–213. Disponível em:
https://rpcd.fade.up.pt/_arquivo/artigos_soltos/vol.6_nr.2/08.pdf Acessado em: 17/07/2023.

JHONATAN UEWERTON SOUZA, Jhonatan Uewerton. **O jogo das tensões: clubes de imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933)** tese de Mestrado apresentada na UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA, 2014. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36486/R%20-%20D%20-%20JHONATAN%20UEWERTON%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acessado em: 30/05/2023.

KUPPER, Agnaldo. **À procura da identidade nacional, o futebol é absorvido como política de estado (1930-1945)**. Caminhos da História, v.27, n.1(jan./jun.2022 p.168-185) Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Unimontes-MG. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/4853/4941> Acessado em: 27/08/2023.

LOURENÇO, Felipe Vidal Lourenço. **O discurso de Bolsonaro entre futebol e política: um olhar sociossemiótico**". Tese de mestrado apresentado na UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP. 2020.

Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/191/32816/com_felipe_vidal_lourenco.pdf Acessado em: 25/06/2023.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em 2000.

MACHADO, Felipe Morelli; BANCHETTI, Luciano Deppa. **Nas arquibancadas e nas tribunas! O binômio futebol/política na vivência dos estádios durante o governo Vargas: Pacaembu e São Januário**. *Mnemosine*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 80-93, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41434/pdf_160 Acessado em: 23/08/2023.

MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2001

MASCARENHAS, Gilmar. **Várzeas, Operários e Futebol: uma outra Geografia**. *GEOgraphia*. Niterói, v. 4, n. 8, p. 84-92, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13435/8635/52783> Acessado em: 15/07/2023.

MIRANDA, Melina Nóbrega. **Futebol e o projeto de unidade nacional no Estado Novo (1937-1945)**. X Simpósio Internacional Processo Civilizador, Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Melina_N_Miranda.pdf Acessado em: 15/07/2023.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese de doutorado para a Universidade de Campinas, UNICAMP, em 1998.

RIBEIRO, L. C.; SOUZA, J. U.. **O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945)**. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 22, n. 46, p. 160–181, jan.

2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204608> Acessado em: 20/07/2023.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

SILVA, Camila Alexandre da. **O samba de Getúlio: A malandragem de Wilson Baptista e o projeto nacionalista do Estado Novo.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90312/000914838.pdf?sequence=1> Acessado em: 01/08/2023.

SILVA, Kelen Katia Prates. **A copa do mundo de 1938: futebol, política e identidade nacional brasileira.** PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review Vol.5, N. 3 Setembro/Dezembro. 2016, 111-127. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9532/4276> Acessado em: 23/08/2023.

SILVEIRA, Guilherme Pontes. **Bolsonaro e o Futebol.** Ludopédio, São Paulo, v. 120, n. 22, 2019.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Justiça desportiva: o Estado Novo entra em campo (1941-1945).** Tese de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12915/1/Jorge%20Miguel%20Acosta%20Soares.pdf> Acessado em 01/06/2023.

SOMACAL, Vinicius Vettorazzi. **Esportes e relações internacionais: um estudo de caso sobre o futebol italiano durante o período fascista.** Anais - III Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, v. 3 n. 1, 2015, p. 1518-1533. Disponível: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/1707#:~:text=Visto%20que%20um%20dos%20sintomas%20da%20import%C3%A2ncia%20do,condicionou>

%20a%20pol%C3%ADtica%20externa%20italiana%20durante%20o%20per%C3%A
Dodo. Acessado em: 01/09/2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43,
p.64-83/2021 Disponível em:
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/issue/view/141>

SOUZA, Glauco José Costa. **“Cá em casa é só por amor” O Profissionalismo
Marrom nos Subúrbios Cariocas**. Disponível em:
[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488809898_ARQUIVO_Anpuh2
017Vencercusteoquecustar.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488809898_ARQUIVO_Anpuh2017Vencercusteoquecustar.pdf) Acessado em: 20/07/2023.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia
das Letras, 2008.

YAMANDU, Walter E JUNIOR, Edivaldo Góis. **Profissionalismo "marrom" do
futebol e a imprensa paulista (1920-1930)** Recorde: Revista de História do
Esporte, vol. 5, n. 2, junho-dezembro de 2012, p. 1-13 Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/699> Acessado em: 15/07/2023.